

## **Uma Análise do Conceito Preliminar de Curso (CPC) no BRASIL: a graduação em medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz em evidência**

**Santos, Jacy R.C.**

Pós Graduanda em Especialização em Gestão Pública

jrcsantos@uesc.br

Universidade Estadual de Santa Cruz

**Góes, Antônio O.S.**

Doutor em Sociologia Econômica e das Organizações, ISEG-UTL, Lisboa, Portugal

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis

oscargoes11@hotmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz

As universidades têm como objetivo trabalhar a educação de forma integrada entre ensino, pesquisa e extensão. Para conseguir um elevado padrão de ensino faz-se necessário um processo avaliativo. O governo brasileiro iniciou em 1995 com a lei 9.1311 um processo gradual de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior, chamado Exame Nacional de Cursos (ENC), hoje se chama ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). A avaliação serve para identificar pontos fortes e fracos de cursos. Nesse sentido, esta comunicação analisa os procedimentos do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil de dois períodos - 2010 e 2013 -, com seus desafios e contradições. Para o alcance dessa finalidade, recorreram-se a dois objetivos específicos: a) descrever os principais aspectos de avaliação; b) analisar entre dois períodos os aspectos favoráveis e desfavoráveis no curso observado. O referencial teórico aborda a avaliação de cursos de nível superior. A metodologia foi básica, exploratória, qualitativa, estudo de caso, telematizada com ênfase na pesquisa bibliográfica, além da documental. As informações foram trabalhadas pela análise do conteúdo. Os resultados preliminares revelaram que os indicadores CPC são compostos das dimensões: desempenho dos estudantes (ENADE), corpo docente e percepção discente sobre as condições do processo formativo. Vê-se uma abrangência alargada, pois engloba os envolvidos. O curso avaliado obteve 3 nos desempenhos dos alunos – ENADE, nos dois períodos, numa escala de 1 a 5, sendo que se esse valor aumenta, melhor é o desempenho no exame. Nos outros componentes, a maior parte destes teve redução nas notas de 4 para 2. Este resultado, apesar de identificar queda, os alunos foram aprovados nas melhores residências médicas do Brasil. Por termo, considera-se, pois, em princípio, que o processo de avaliação é importante, mas foram encontrados desafios e contradições para serem resolvidos.

Palavras-Chave: Processo avaliativo, indicadores, desempenho, implicações.

### 1 – INTRODUÇÃO

As universidades seculares, datadas do fim do século 12 e o século 13, na Europa, são consideradas entidades que proporcionam um efeito transformador no seio da sociedade. Seu percurso caminha em direção a uma historicidade milenar. O papel das Instituições de Ensino Superior – IES – é plural e diverso, portanto, as entidades educacionais são consideradas artefatos sociais que devem ser compreendidas como produtos da história humana. Ao longo

do tempo, a sua configuração passou por vários momentos, desde o surgimento efetivo com professores e alunos, passando pelo controle do Estado até formação de conglomerados empresariais. Vê-se, então, como é complexo ter uma definição uníssona do propósito social dessas organizações. Qual seria o papel central das universidades?

As diretrizes das IES - Instituições de Ensino Superior- pressupõem a integração do ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. O universo da educação superior deve ser caracterizado por um ensino que preze um desempenho eficiente e eficaz dos estudantes. Para Pedro Demo (2004), educação de qualidade é fator preponderante de um país, particularmente seus povos, sobretudo quando envolve nesse desenvolvimento o humano e o sustentado. Para um alcance de um sistema educativo eficiente é imprescindível o processo avaliativo. Pergunta-se: como é a avaliação das universidades no Brasil?

Diante desse contexto, este artigo analisa os procedimentos do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil de dois períodos - 2010 e 2013 -, com seus desafios e contradições. Para o alcance dessa finalidade, recorreram-se a dois objetivos específicos: a) descrever os principais aspectos de avaliação; b) analisar entre dois períodos os aspectos favoráveis e desfavoráveis no curso observado.

O referencial teórico discute avaliação institucional e seus controles. O processo avaliativo das instituições de ensino superior brasileiro também foi tema para debater, com ênfase nos critérios adotados pelo Ministério da Educação do Brasil – MEC (2012). Outra particularidade observada direciona para o entendimento do Conceito Preliminar de Curso (CPC), além de descrever os principais pontos do que é o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

A unidade de ensino analisada foi a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia, Brasil, no curso de Medicina. De um lado, a caracterização do CPC e suas implicações; de outro, o ENADE, como se comportaram as notas dos alunos. A metodologia foi básica, exploratória, qualitativa, estudo de caso, telematizada com ênfase na pesquisa bibliográfica, além da documental. Registra-se, ainda, que este estudo preliminar serviu para um direcionamento mais aprofundado para futuras pesquisas do processo avaliatório do ensino superior.

## 2 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE TEÓRICA.

As escolas superiores promovem e fomentam o desenvolvimento da humanidade de forma global (DELORS, 2001), por isso tem que ser referência e exemplo para os demais tipos de organizações. Para isso, o controle é um instrumento que espelha se as atividades desenvolvidas pelas universidades têm respostas para as demandas da sociedade com padrões

de excelência, como: mão de obra qualificada, promoção da vida, debates de novas realidades sociais, descobertas e inovações em várias áreas etc.

Sabe-se, pois, que os posicionamentos conturbados de diversos pensadores problematizam se as universidades devem ser ou não devem ser avaliadas. Entretanto, o controle é necessário, mesmo sendo criticado veemente por uns, concordado por outros e indiferente por outrem.

Na sua composição, as universidades, constituindo-se de entidades sociais, estão imersas nas condições dos procedimentos e processos do gerenciamento. Portanto, o acompanhamento da excelência do ensino é de fundamental importância para ofertar os cursos com padrões de qualidade, como também pesquisa e extensão. As propostas das IES direcionam esforços para cumprir seus objetivos, através de planos antecipadamente acordados. Verificar se tudo ocorreu conforme o planejado significa avaliar continuamente o desempenho daquilo que é proposto.

No campo gerencial a quarta função administrativa chama-se controle. De modo geral, conceitua-se controle como:

Um esforço sistemático da administração dos negócios [das universidades] para comparar o desempenho com o padrão, os planos e as metas preestabelecidos para determinar se o desempenho está de acordo com esses padrões; caso contrário, tomar toda e qualquer ação corretiva necessária para garantir que os funcionários [professores] e outros recursos [servidores] da empresa sejam utilizados da maneira mais eficaz e eficiente na relação dos objetivos das empresas [universidades]. (CARAVANTES, PANNON E KLOECKNER, 2005, p. 533)

Pelo exposto, a função controlar serve para acompanhar, verificar e avaliar se as proposições antes direcionadas foram alcançadas. Por isso, as faculdades precisam ser avaliadas.

A avaliação institucional, no caso das universidades, aborda questões que devem ser acompanhadas de maneira sistemática para averiguar se a missão das faculdades está de acordo com o que foi pré-estabelecido nas suas diretrizes e nos PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, como também, se os indicadores estão em conformidades com os estabelecidos pelos órgãos reguladores, avaliadores e supervisores do Brasil, capitaneado pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura.

De maneira geral, as ações desenvolvidas pelos organismos brasileiros de avaliação servem para melhoria da qualidade do ensino superior (BRASIL, 2012). A preocupação fundamental é com as condições de elevação do padrão de qualidade do ensino, afirmam Andrade e Amboni (2004, p.178).

Alguns conceitos de avaliação e de avaliação institucionais identificam aspectos que compõem um sistema avaliativo nas instituições. Ribeiro et al (2000) assevera que avaliação é um instrumento para organizações que buscam desenvolver-se e qualificar-se com foco de

aperfeiçoamento dos empreendimentos humanos. Martinato (1998) diz que avaliar é instrumento de poder, como também um processo do fazer universitário com vista à melhora da qualidade na prestação de serviços educacionais. Já Belloni (1998) corrobora com a discussão ao afirmar que a avaliação identifica insuficiências e potencialidades de instituições e do sistema.

Em síntese, a avaliação institucional é uma ferramenta de gestão contínua e sistemática que expõe as fragilidades e forças do processo de ensino aprendizagem das atividades desenvolvidas pelas universidades, de forma a introduzir mudanças positivas para responder as demandas e os desafios da ciência e da sociedade, com qualidade.

Como as visões de avaliação são variadas, far-se-á, nesse momento, uma tabela com as ideias centrais do que se pretende entender sobre a ação de avaliar, no sentido de avaliação institucional

**Tabela 1 - Reflexões do termo avaliação institucional**

Autores	Ideias nucleares
Tyler (s.d.)	A tarefa da avaliação é verificar, periodicamente, até que ponto a escola demonstra eficiência como instituição responsável pela promoção da educação.
Dias Sobrinho (1996)	Vem de cima para baixo e de fora para dentro
Grego (1997)	Um processo que visa produzir conhecimentos e informações para a tomada de decisões
Marinato (1998)	Instrumento de poder e melhoria da qualidade de ensino
Belloni (1998)	Identificação de insuficiências e das potencialidades
Leite e Balarine (1998)	Tensão entre Estado e a comunidade Acadêmica
Ribeiro (2000)	Instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade
Belloni (2003)	Processo sistemático, que busca subsídios para a melhoria da qualidade da instituição
Gasparetto (2004)	Impõe desafios à universidade
Ristoff (2005)	A palavra avaliação é essencialmente valorativa
Borton (2007)	A avaliação passa a ser um forte instrumento do Estado, ao definir estilos de gestão, elementos para tomada e mesmo fixando tipos de currículo. Com essa intenção, o Estado instrumentaliza a avaliação para poder realizar suas políticas de regulação, seleção social e financiamento.
Carnielli, Costa e Braga (2008)	É um processo contínuo

Fonte: Adaptada dos trabalhos Andrade e Amboni (2004) e Carnielli, Costa e Braga (2008)

A avaliação engloba muitos aspectos. A universidade como entidade social representativa precisa prestar serviços à sociedade com impactos favorável para resolver as inquietações sociais, promovendo o desenvolvimento humano integral em todas as áreas de atuação, das ciências da terra às ciências da saúde, além das futuras áreas ainda não descobertas. Por isso, avaliar é importante para que essas entidades sobrevivam e continuem produzindo conhecimento: as universidades reinventem-se.

Mendes e Sermann (2006) complementam a reflexão do processo avaliatório quando diz que a avaliação:

...pode ser definida como um processo que visa à coleta e ao uso de informações que permitam decisões sobre um programa educacional, devendo, por isso, ser entendida como uma atividade diversificada, que exige a tomada de vários tipos de decisões e o uso de grande número de diferentes informações (2006, p.18)

## 2.1 Breve trajetória histórica do processo de avaliação institucional no BRASIL.

A avaliação institucional no Brasil tem um percurso inicial bem tardio e de forma descontinuada. A gênese desse processo na graduação deu-se por volta da década de 80, com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), desenvolvido pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura. Segundo Andrade e Amboni (2004), a não aceitação, as críticas ou contradições pelas entidades avaliadas deve-se a imposição “de cima para baixo” estabelecida pelo governo brasileiro.

O Programa de Avaliação da Reforma Universitária utilizava a aplicação de questionários aos docentes, aos dirigentes universitários e aos estudantes, com o intuito de obter informações inerentes a estrutura universitária (discentes, docentes, infra-estrutura, atividades de ensino, pesquisa e extensão) para ter uma ampla visão do panorama do ensino superior (BRASIL, 2012). Melhor dizendo, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária, na avaliação, procurou analisar duas áreas temáticas: Gestão das Instituições de Ensino Superior e o Processo de produção e Disseminação do Conhecimento (CARNIELLI, COSTA e BRAGA (2008).

Após a desativação do programa acima informado, surge o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. É datado do início da década de 90, tendo no início adesão voluntária das universidades, com a tentativa de diagnosticar, avaliar interna e externamente e reavaliar internamente as atividades universitárias (BRASIL, 2012). Este acontecimento legitimou a cultura da avaliação e promoveu mudanças visíveis na dinâmica universitária (ANDRADE E AMBONI, 2004, p. 183).

Em 1996, a Lei nº 9.131/1995 de 24 de novembro de 1995 instituiu nacionalmente o Exame Nacional de Curso (ENC), chamado PROVÃO, aplicado de 1996 a 2003, apenas para estudantes concluintes e com o objetivo de avaliar os respectivos cursos de graduação da educação superior (BRASIL, 2012). Esse modelo de avaliação era entendido com um processo que coletava informações para permitir visualizar pontos de excelência e eventuais problemas. Diante dos dados analisados, os gestores de cursos poderiam planejar melhor os rumos a serem tomados, correção das fragilidades encontradas, de modo a elevar o padrão de qualidade e oferecer melhor formação aos discentes. O exame provocou mudanças nas Instituições de Ensino Superior em muitos procedimentos: currículos, práticas de ensino, procedimentos pedagógicos, corpo docente (professores foram estimulados a iniciar o

mestrado e doutorado – exigências do ambiente social), infraestrutura etc. Por fim, concretizaram-se as primeiras ações efetivas da avaliação (ANDRADE E AMBONI, 2004, p. 183).

### 3 – RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ele é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes, este avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. É componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso, e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Entende-se por “ingressantes”, aqueles estudantes que tenham iniciado o respectivo curso no ano de avaliação, devidamente matriculados, e que tenham de zero por cento a vinte e cinco por cento da carga horária mínima do currículo do curso cumprida. Por sua vez, entende-se por “concluintes” aqueles estudantes que tenham expectativa de conclusão do curso ou que tenham cumprido oitenta por cento ou mais da carga horária mínima do currículo do curso da IES (instituições de Ensino Superior) (INEP, 2012).

O Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes tem como objetivo o acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. Seus resultados poderão produzir dados por instituição de educação superior, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado, região geográfica e do Brasil. Assim, serão construídos referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

Os instrumentos básicos utilizados pelo Enade são: segundo Griboski (2012):

1. **A prova:** é composta de 40 questões, sendo 10 questões de formação geral e 30 de formação específica da área, contendo as duas partes questões discursivas e de múltipla escolha. O peso das partes da prova é equivalente a 25% para as questões de formação geral e 75% para as questões de componente específico.
2. **O questionário de impressões dos estudantes sobre a prova:** no dia da aplicação da prova é solicitado aos estudantes que respondam a um questionário

intitulado “Percepção da prova”. Os resultados desse questionário fornecem dados que podem enriquecer a análise da prova pelos coordenadores de curso.

3. **O questionário do estudante:** é um dos instrumentos de coleta de informações do Enade, de caráter obrigatório, que tem por objetivo subsidiar a construção do perfil socioeconômico do estudante e obter uma apreciação quanto ao seu processo formativo. Fornece maior conhecimento acerca dos fatores que podem estar relacionados ao desempenho dos estudantes. Dessa forma, tal questionário configura-se em um conjunto significativo de informações que podem contribuir para a melhoria da educação superior, tanto em relação à formulação de políticas públicas, quanto à atuação dos gestores de ensino e dos docentes.

4. **O questionário do coordenador do curso.** Destinado a coletar informações para definição do perfil do curso de graduação.

A nota do curso tem como base um conceito bastante estabelecido da estatística chamado afastamento padronizado. A nota final do curso depende de duas variáveis, a saber: 1) o desempenho dos estudantes concluintes no Componente de Conhecimento Específico e 2) o desempenho dos estudantes concluintes no Componente de Formação Geral, em consonância com o número de questões na prova, 40 e 10, respectivamente.

Os conceitos utilizados no Enade variaram de 1 a 5 e, à medida que esse valor aumenta, melhor é o desempenho no exame. O conceito obtido pelo curso de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz, no Município de Ilhéus – Bahia – Brasil, foi 3 no ano de 2010, mantendo o mesmo conceito em 2013. Observou-se que no Componente de Formação Geral, a nota média dos concluintes na instituição foi 58,5 e, no Brasil, foi 58,3. A nota média dos estudantes ingressantes foi 62,7 na instituição, e 58,0 no Brasil.

No Componente de Conhecimento Específico, as notas médias dos estudantes concluintes para o curso em pauta e o total Brasil foi 59,2, e 58,9, respectivamente. A nota média dos estudantes Ingressantes foi 39,9 na instituição e 34,0 no Brasil. Não obstante, o Conceito Preliminar de Curso – CPC, que é um indicador criado pelo INEP composto por 5 insumos (Enade, IDD (Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado), infraestrutura, projeto pedagógico e corpo docente), aponta uma queda de 4 para 2 nos anos de 2010 e 2013, respectivamente. O Conceito Preliminar de Curso (CPC) foi concebido para ser um indicador prévio de qualidade dos cursos de graduação, anterior à avaliação *in loco* destinada à renovação de reconhecimento de curso e objetiva subsidiar a avaliação de cursos já inseridos no ciclo avaliativo, de forma a orientar a continuidade dos processos. O CPC assume o papel de indicador de qualidade da educação superior, somente em 2010, com a republicação da Portaria Normativa n.º 40, conforme anunciado no inciso I, do artigo 33-B.

Art.33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861,

de 2004: I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008 [...]

No mesmo artigo, §1º, é estabelecido que o cálculo do CPC ocorre

[...] no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

Cada um destes insumos assume um peso diferente na composição do CPC, sendo as proporções basicamente as seguintes: IDD 35%, ENADE 20%, Corpo Docente 30%, Infraestrutura 7,5% e Projeto Pedagógico 7,5%. A coleta de dados de cada um destes insumos se dá da seguinte forma, (INEP, 2012):

- ENADE: Aplicação de duas provas de conhecimento (Formação Geral e Conhecimento Específico) aos estudantes concluintes do curso. O resultado da prova de Formação Geral corresponderá a 25% do Enade e o resultado da prova de Conhecimento Específico 75%.
- IDD: Procura medir o valor agregado ao estudante formando através da confrontação entre o resultado do Enem dos ingressantes e o Enade dos concluintes.
- CORPO DOCENTE: Os dados são coletados do Censo da Educação Superior, cujas informações são prestadas pelas instituições.
- INFRAESTRUTURA: É o grau de satisfação do estudante formando com relação à infraestrutura do curso, sendo que os dados são coletados do questionário respondido pelo estudante formando dias antes de prestar o Enade.
- PROJETO PEDAGÓGICO: O mesmo procedimento da infraestrutura.

Portanto, percebe-se de imediato que o CPC é 55% avaliação do estudante formando (Enade e IDD), e 15% a avaliação que o estudante formando faz do curso. Ou seja, 70% do CPC estão centrados no estudante formando, o que por si só já é elemento suficiente para afirmar que aqui se tem algumas fragilidades. Dos 42 estudantes concluintes que participaram do Enade no ano de 2013 e que, portanto, obtiveram uma queda no CPC do curso de Medicina - 4 em 2010 para 2 em 2013, 34 foram aprovados nos mais concorridos serviços de residência médica do país. Isso mostra que o processo avaliativo é importante, espelha muito a realidade dos cursos, é contínuo, porém necessita sempre de atualizações.

Pelo exposto, este trabalho propôs a análise do Conceito Preliminar de Curso de medicina da UESC que teve uma redução de 4 para 2. Já os estudantes no ENADE mantiveram-se 3. De um lado, o conceito do curso tem uma nota reduzida; do outro, as notas dos estudantes estabilizaram-se. O que aconteceu? Como o processo avaliatório é complexo, este estudo, no futuro, deve aprofundar cada item de avaliação para compreender melhor o sistema



avaliatório. Também, a avaliação é abrangente, preocupa-se com todos os envolvidos, mas uma análise mais detalhada e reflexiva precisa ser desenvolvida.

Com isso mostrar que o processo avaliativo é importante, espelha muito a realidade dos cursos, é contínuo, mas necessita sempre de aperfeiçoamentos constantes (Góes e et al, 2009). Não se pode deixar de registrar que é inegável o avanço que ocorreu nas universidades por causa da avaliação, de início imposta. Percebe-se que, desde sua origem tardia, o processo avaliatório modificou o papel das instituições de ensino superior, além de provocar alterações comportamentais dos envolvidos e nas estruturas das universidades. Mesmo de forma incipiente houve impactos positivos e negativos nas universidades.

Considera-se, pois, que as instituições de ensino superior não são um produto (bens ou serviços) que podem ser medidos, avaliados e enumerados. A universidade é mais complexa e reflexiva do que se imagina. Desta forma, mesmo considerando as limitações que os instrumentos utilizados podem apresentar enquanto mecanismo de avaliação de curso, ratifica-se que os dados relativos aos resultados da prova e a opinião dos estudantes podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas da instituição e do curso, uma vez que se constituem em importantes referências para o conhecimento da realidade institucional e para a permanente busca da melhoria da qualidade da graduação, aspectos que evidenciam o caráter integrativo inerente à avaliação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui O. B. de E AMBONI Nério (2004). *Gestão de Cursos de Administração: metodologias e diretrizes curriculares*. São Paulo: Prentice Hall.

BELLONI, Isaura. (1998). *A função social da avaliação institucional*. Avaliação. Campinas, v. 3, nº 34.

BRASIL (2012) – **Documento Orientador das Comissões de Avaliação in loco. Parte I**. Ministério da Educação.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.abmes.org.br/Home/index.asp>>. Acesso em: jul. 2015.

CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, KLOECKNER, Mônica. *ADMINISTRAÇÃO: Teorias e Processo*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

CARNIELLI, Beatrice L; COSTA, Candido A.G. da e BRAGA, Hudson E. (2008). *A avaliação da educação superior no Brasil: trajetória, intenções e realidade*. **Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**. Brasília, v. 30, nº 60 e 61, p. 97-130, jan/dez.

DELORS, J. (2001). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6ª. ed. São Paulo: Cortez.

DEMO, Pedro. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004

GÓES, A. O. S. et al (2009). Um diálogo entre Weber, Durkheim e Giddens na formação empreendedora do gestor. In *Anais do 6º Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENEMPRE*. Nov. 22-24, Santa Catarina: Lages.

GRIBOSKI, Claudia M. (2012). *O ENADE como indutor da qualidade da educação superior*. Est. Aval. Educ. São Paulo: v.23, n. 53, p. 178-195, set/dez.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/superior/provao/perguntas/perguntas\\_frequentes.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/perguntas/perguntas_frequentes.htm)>. Acesso em: jul. 2015.

MENDES, Ana M. C. P. e SERMANN, Lucia I. C. (2006). *Fundamentos Teóricos da Avaliação*. In Mercedes Trentini; Ezia Maria Corradi. (Org.). **Avaliação**: subsídios teórico-práticos para a gestão em saúde. 1 ed. São Paulo: Ícone, v.1, p. 11-48.

MARTINATO, Fátima J. (1998). *Avaliação institucional da universidade: estudo de critérios e experiências de avaliação em âmbito internacional e no Brasil*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, RS: UCS.

RIBEIRO, Célia M.R et al. (2000). *Projeto de avaliação institucional da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia: UFG.